

MAURO SANTAYANA

# A fábula do geólogo e do caçador

Tudo começou em janeiro de 1907, quando o mineiro Afonso Pena, na Presidência da República, criou o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com a tarefa de realizar o levantamento do potencial do subsolo brasileiro. A primeira área pesquisada foi a do Quadrilátero Ferrífero de Minas. Desse estudo se encarregou o engenheiro Gonzaga de Campos.

O sr. Gonzaga de Campos não estava prevenido contra a cobiça estrangeira. Assim é que, estando em Itabira, no centro de imenso maciço de hematita, foi procurado por um engenheiro da *City Improvements*, Murley Cotto, que estava caçando na região. Entusiasmado com o que descobrira, Gonzaga de Campos informou ao seu colega inglês que ali estavam inesgotáveis jazidas de hematita de alto teor. Cotto não titubeou: imediatamente conseguiu opções para a compra de milhares e milhares de hectares pelo valor total de 200 contos de réis. As terras, montanhosas e minerais, de nada valiam, e pela Constituição de 1891 os proprietários do solo eram também proprietários do subsolo.

Com a opção de compra no bolso, Murley Cotto foi para Londres e formou uma empresa, o *Brazilian Hematite Syndicate*, para explorar as jazidas. Em seguida, os ingleses procuraram Pedro Nolasco, diretor da Estrada de Ferro Vitória a Diamantina (depois Vitória a Minas) e dele obtiveram também opção para a compra de mais de 50% das ações da ferrovia. Iniciava-se, assim, uma das mais emocionantes histórias de defesa dos recursos naturais do Brasil contra a cobiça estrangeira e, ao mesmo tempo, da capacidade técnica e empresarial brasileira, a história da Vale do Rio Doce.

Felizmente, naquele tempo, a Federação funcionava. Tanto funcionava que o presidente do estado, Bueno Brandão, não interesse do seu povo, decidiu aumentar de cinco réis para 200 réis por tonelada o imposto de exportação do minério de Minas. Isso, nas condições da época, tornava oneroso o negócio. Mesmo assim, os ingleses, os norte-americanos, os franceses e os alemães passaram a adquirir grandes extensões no Quadrilátero Ferrífero. O que nos interessa de perto é a Itabira Iron, formada a partir do *syndicate* organizado pelo sr. Cotto. A empresa encontrou dificuldades para começar a funcionar a partir da guerra dos Balcãs, em 1912, e só passou a ter alguma possibilidade depois do fim da Grande Guerra, em 1918. Nessa época ela já estava sob a direção do sr. Percival Farquhar, que contou com a boa vontade, logo em seguida, do presidente Epitácio Pessoa, de quem conseguiu autorização para funcionar. Era então presidente de Minas o sr. Arthur Bernardes, e seu secretário da

Agricultura o sr. Clodomiro de Oliveira, tio do jornalista José Aparecido de Oliveira. Bernardes, em decreto de setembro de 1919, determinou a elevação a três mil réis por tonelada o imposto de exportação do minério, mas dele isentava o que se destinasse a usinas siderúrgicas nacionais; ao mesmo tempo, o reduzia a 30 réis, se 5% do minério a ser exportado se destinasse a usinas siderúrgicas instaladas no estado. Como a Itabira Iron não estava interessada nisso, Bernardes conseguiu travar a constituição da empresa.

O que se segue, então, é uma guerra de guerrilhas dos mineiros contra os interesses estrangeiros. Eles só admitiam a exportação do minério, se houvesse siderúrgica no estado, e os ingleses se negavam a construí-la, embora admitissem fazê-lo depois. A Revolução de 30 paralisou os entendimentos, o Código de Minas de Getúlio, em 1934,

separou a propriedade do solo da do subsolo (uma exigência dos mineiros), mas a Itabira Iron obteve as concessões necessárias. Getúlio tomou o partido dos mineiros, e foi cozinhando os ingleses em banho-maria, até que surgiu a Segunda Guerra Mundial. Em 11 de agosto de 1939, 40 dias antes da invasão da Polônia, Getúlio declarou a caducidade dos contratos assinados com a Itabira Iron; ao mesmo tempo que, astutamente, declarava a sua neutralidade no conflito que se iniciava. Até o ataque a Pearl Harbour, dois anos e três meses mais tarde, o então ditador exerceu hábil política pendular.

Mas, com o senso da oportunidade histórica, já no dia 8 de dezembro de 1941, ao mesmo tempo em que Roosevelt declarava guerra ao Japão, o Brasil afirmava a sua solidariedade com os Estados Unidos.

Os ingleses imaginavam uma guerra prolongada contra os alemães, e necessitavam do ferro de Minas para sustentá-la. Os norte-americanos também dependiam dos recursos mineiros brasileiros, que foram essenciais para a vitória. Só por causa disso concordaram em atender as exigências brasileiras e financiar a implantação da Vale do Rio Doce e a construção da usina de Volta Redonda. Pelos Acordos de Washington, em junho de 1942, o governo de Londres indenizaria os acionistas ingleses da Itabira Iron, e o governo brasileiro formaria a Vale do Rio Doce, com capitais privados e estatais, e recursos do Eximbank. Getúlio incumbiu Israel Pinheiro de incorporar a empresa.

A Vale surgiu com um capital de 200.000 contos de réis, e uma diretoria formada de dois norte-americanos, dois brasileiros e um presidente brasileiro. No decreto

de criação ficava definida a sua função de agência de desenvolvimento, ao se determinar que parte de seus lucros seria aplicada em projetos dos governos de Minas e do Espírito Santo. Em janeiro de 1943, seis meses depois, a empresa já se encontrava constituída, com a parcela de ações destinada ao público praticamente subscrita. O empréstimo do Eximbank tinha 20 anos de prazo e a amortização correspondente a 15% das receitas de exportação do minério, e foi

rigorosamente pago. A fase mais importante, por ter sido a decisiva, da Vale, é a que corresponde ao mandato do general Dutra, quando o engenheiro Demerval Pimenta exerceu a sua presidência. Terminada a guerra, era necessário con-

firmar plenamente a soberania brasileira sobre a empresa. Ocorre uma luta de bastidores que poucos conhecem, com os norte-americanos interessados em assumir seu pleno controle, em nome de pretendida superioridade técnica e financeira. Demerval se vê diante de um governo conservador, e com a empresa submetida aos ministros da Fazenda, todos pró-americanos. Entre outras dificuldades a enfrentar, teve que resistir à sugestão do sr. Valentim Bouças, de que um engenheiro norte-americano assumisse a superintendência da Vitória a Minas. Com obstinada paciência, Demerval conseguiu dispensar os diretores norte-americanos, tornando a sua administração somente brasileira. Pouco a pouco, a Companhia — no confronto permanente com a pressão dos entreguistas — se tornou a maior empresa de mineração do mundo.

Ainda que também perfeitamente desmontáveis, não cabem, no caso da Vale do Rio Doce, os argumentos dos privatizadores do governo. Não cabem porque: a) a empresa não tem qualquer monopólio na exploração do minério de ferro ou outros minérios, feita por centenas de empresas, nacionais e estrangeiras; b) a empresa é rentabilíssima, paga os seus impostos em dia e contribui, conforme todos sabem, para o desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões em que atua; c) é humanamente impossível calcular o seu patrimônio, não só o constituído por jazidas e reservas, como o representado pela experiência, fruto da capacidade intelectual, das pesquisas técnicas, e da obstinação de milhares e milhares de brasileiros.

Mauro Santayana é jornalista

*Tudo começou quando a Federação funcionava*

*Interesses estrangeiros provocaram até guerrilha dos mineiros*

